

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”) e Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”). Alcançará ainda os estados de Goiás e Tocantins por meio da controlada Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Controladas		
Elevações Portuárias	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Rumo Malha Paulista	Dezembro de 2028	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte	Maior de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
Coligadas		
Terminal XXXIX	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado.

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2019	31/12/2018
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51,00%	51,00%
Elevações Portuárias S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Luxembourg Sarl	100,00%	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	99,74%	99,74%
Rumo Malha Central S.A. ⁽ⁱ⁾	100,00%	-
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
ALL Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Paranaguá S.A.	100,00%	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A.	62,22%	62,22%
Brado Logística S.A.	62,22%	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A	100,00%	100,00%

(i) A Companhia foi constituída em 16 de abril de 2019.

b) Associadas:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2018), 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2018), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2018) e 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2018). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

c) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Cosan Logística S.A. ("Cosan Logística"), que detém 28,47% do seu capital. A controladora final da Companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou "NYSE" (ticker — CZZ).

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 6.2 – “Custos e despesas por natureza” e nota 6.4 – “Resultado financeiro” foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2020.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Prazo do arrendamento se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Notas 5.12.1 e 5.12.2 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos baseados em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”.
- **Nota 2.3 – Valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são:

Moeda	31/12/2019	31/12/2018
Dólar americano (USD)	4,0307	3,8748
Peso argentino (ARS)	0,0673	0,1029

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Transações de pagamento baseado em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os valores justos das Sênior Notes estão cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo e baseiam-se no preço de mercado cotado da seguinte forma:

Empréstimo	Empresa	31/12/2019	31/12/2018
Sênior Notes 2024	Rumo Luxembourg	107,90%	104,27 %
Sênior Notes 2025	Rumo Luxembourg	107,27%	94,94 %

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019 Nível 2	31/12/2018 Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.751.853	2.843.074	1.751.853	2.843.074
Instrumentos financeiros derivativos	1.624.023	892.461	1.624.023	892.461
Total	3.375.876	3.735.535	3.375.876	3.735.535
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	(482)	-	(482)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.036.181)	(5.268.947)	(7.036.181)	(5.268.947)
Total	(7.036.663)	(5.268.947)	(7.036.663)	(5.268.947)

2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores (a Companhia não possui transações relevantes como arrendador).

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 / IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

(i) Na definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 / IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos, às quais aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

(ii) No tratamento como arrendatária

A Companhia arrenda ativos, incluindo imóveis, infraestrutura ferroviária, portuária, material rodante (locomotivas e vagões), veículos e equipamentos de TI. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta os valores contábeis dos ativos de direito de uso (incluindo ativos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros) em uma linha específica do balanço designada "Direito de uso". Da mesma forma, registra os passivos em uma conta distinta chamada "Passivos de arrendamento".

(iii) Política contábil significativa

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão é exercível por ambos os participantes (arrendador e arrendatário).

(iv) Transição

Anteriormente a Companhia dispensava aos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária, portuária e materiais rodantes o mesmo tratamento dado aos arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17. Alguns contratos são ajustados por índices inflacionários como IGP-M ou IPCA.

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial – a Companhia aplicou esta abordagem aos seus arrendamentos de infraestrutura ferroviária, portuária e material rodante; ou

- Ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento – a Companhia aplicou esta abordagem a todos os outros arrendamentos.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17:

- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

Os arrendamentos classificados e registrados anteriormente como arrendamento financeiro conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 tiveram o valor contábil do direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento imediatamente antes dessa data.

(v) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

	Consolidado 01/01/2019
Ativo não circulante	
Ativos de direito de uso	954.555
Provisão para perda ao valor recuperável	(131.541)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.709
Total do ativo não circulante	864.723
Total do ativo	864.723
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	59.318
Total do passivo circulante	59.318
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamento	1.332.389
Arrendamento e concessão	(51.593)
Total do passivo não circulante	1.280.796
Total do passivo	1.340.114
Patrimônio líquido	
Prejuízos acumulados	(475.391)
Total do patrimônio líquido	(475.391)
Total do passivo e patrimônio líquido	864.723

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 12,70% (taxa de juros incremental).

Além de registrar os ativos e passivos adicionais destacados no quadro anterior, a Companhia reclassificou: R\$861.595 do imobilizado (valor residual do direito de uso de ativos já registrados anteriormente como arrendamentos financeiros) e R\$50.167 de outros ativos (valor não apropriado de arrendamentos operacionais pagos antecipadamente, que integra os custos dos respectivos direitos de uso).

Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Não foram identificados efeitos da adoção da interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 que afetassem as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Certas normas novas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	11.884	16.034
Contas a receber de clientes	11.372	20.354
Fornecedores	(6.639)	(26.168)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.798.048)	(5.178.357)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾	5.845.793	5.162.858
Passivo de arrendamento	(65.348)	-
	(986)	(5.279)

- (i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Dólar e Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2019.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2019, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras. Os cenários com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$ e R\$/E\$) de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	(82)	2.950	5.901	(2.950)	(5.901)
Contas a receber de clientes	Flutuação do câmbio	(79)	2.823	5.647	(2.823)	(5.647)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	46	(1.648)	(3.297)	1.648	3.297
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>)	Flutuação do câmbio	(40.745)	1.451.262	2.902.523	(1.451.262)	(2.902.523)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	40.415	(1.439.409)	(2.878.816)	1.439.409	2.878.816
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	452	(16.224)	(32.448)	16.224	32.448
Impactos no resultado do exercício		7	(246)	(490)	246	490

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2020. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2019	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	4,0307	4,0028	5,0035	6,0042	3,0021	2,0014
Euro	4,5305	4,4831	5,6039	6,7247	3,3623	2,2416

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2019				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	86.373	21.593	43.186	(21.593)	(43.186)
Títulos e valores mobiliários	77.082	19.270	38.541	(19.270)	(38.541)
Caixa restrito	6.508	1.627	3.254	(1.627)	(3.254)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(772.418)	317.719	670.674	(317.719)	(670.674)
Derivativos de taxa de juros	-	(669.466)	(1.182.291)	669.466	1.182.291
Passivo de arrendamento	(486.172)	(2.636)	(5.272)	2.636	5.272
Outros passivos financeiros	(167.605)	(41.901)	(83.803)	41.901	83.803
Impactos no resultado do exercício	(1.256.232)	(353.794)	(515.711)	353.794	515.711

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 4,40% a.a. e 4,57% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
CDI	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
TJLP	4,90%	6,13%	7,35%	3,68%	2,45%
IPCA	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	1.963.014	141.527
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	1.751.853	2.843.074
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	147.910	115.124
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	399.249	438.062
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	48.064	47.075
Instrumentos financeiros derivativos	1.623.541	892.461
	5.933.631	4.477.323

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2019
AA	1.335.746
AAA	4.150.572
Total	5.486.318

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2019				31/12/2018
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.659.598)	(1.389.158)	(6.815.179)	(7.775.110)	(17.639.045)
Fornecedores	(513.325)	-	-	-	(513.325)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(410.952)	-	-	-	(410.952)
Parcelamento de débitos tributários	(3.423)	(2.256)	(4.439)	(1.352)	(11.470)
Passivo de arrendamento	(733.920)	(684.787)	(2.051.939)	(8.148.658)	(11.619.304)
Pagáveis a partes relacionadas	(139.747)	-	-	-	(139.747)
Dividendos a pagar	(7.146)	-	-	-	(7.146)
Instrumentos financeiros derivativos	88.923	48.630	783.874	702.115	1.623.542
	(3.379.188)	(2.027.571)	(8.087.683)	(15.223.005)	(28.717.447)
					(14.489.293)

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$410.952 (R\$337.705 em 31 de dezembro de 2018). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 6,33% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

3.2 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em quatro segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações Central: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Central.
- (iv) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Exercício:	31/12/2019					31/12/2018			
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações Central	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita líquida	5.313.730	1.478.314	-	295.796	7.087.840	4.913.436	1.412.300	259.200	6.584.935
Custo dos serviços prestados	(2.850.692)	(1.442.320)	-	(315.769)	(4.608.781)	(2.743.494)	(1.421.040)	(301.100)	(4.465.634)
Lucro bruto	2.463.038	35.994	-	(19.973)	2.479.059	2.169.942	(8.740)	(41.900)	2.119.302
Margem bruta (%)	46,35%	2,43%	0,00%	-6,75%	34,98%	44,16%	-0,62%	-16,17%	32,18%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(240.259)	(58.256)	(27.370)	(37.719)	(363.604)	(222.536)	(62.800)	(28.100)	(313.436)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	24.830	4.244	(40.545)	9.263	(2.208)	26.375	(96.600)	15.102	(55.123)
Depreciação e amortização	1.026.112	571.461	40.545	78.064	1.716.182	947.706	415.352	55.800	1.418.859
EBITDA	3.273.721	553.443	(27.370)	29.635	3.829.429	2.921.487	247.213	902	3.169.601
Margem EBITDA (%)	61,61%	37,44%	0,00%	10,02%	54,03%	59,46%	17,50%	0,35%	48,13%
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	72.448	-	72.448
EBITDA ajustado	3.273.721	553.443	(27.370)	29.635	3.829.429	2.921.487	319.661	902	3.242.049
Margem EBITDA ajustado (%)	61,61%	37,44%	0,00%	10,02%	54,03%	59,46%	22,63%	0,35%	49,23%

Principais clientes

A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,9%, da receita operacional líquida do ano 2019 com um valor aproximado de R\$ 773.286. Em 2018 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 13,9% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 912.943.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Obtenção da concessão da Malha Central

Em 28 de março de 2019 a Companhia venceu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, por meio de uma proposta econômica no valor de R\$ 2.719.530 (R\$ 2.904.778 corrigido com os parâmetros contratuais), conduzida pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”), que tem por escopo a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP. O contrato de concessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura ocorrida em 31 de julho de 2019.

A Companhia constituiu uma SPE – Sociedade de Propósito Específico – através da subsidiária Rumo Malha Central (Nota 5.11), na qual registrou os efeitos iniciais do contrato de subconcessão. Substancialmente a outorga/direito de uso e o passivo correspondente (Notas 5.6 e 5.12.3). Os investimentos futuros na infraestrutura ferroviária, previstos em contrato, serão registrados como benfeitorias em bens de terceiros no momento em que forem realizados.

4.2 Incorporação da Brado Holding

Em 20 de abril de 2018 foi aprovada a incorporação da Brado Holding S.A., da Rumo Malha Norte Holding Ltda. e da ALL Serviços Ltda. pela Companhia, de modo que as incorporadas foram extintas e a Companhia sucedeu as incorporadas. Esta operação atende ao interesse das partes e de seus acionistas, gerando vantagens às partes e a seus acionistas, ao proporcionar uma eficiência administrativa, bem com uma redução de custos operacionais. Adicionalmente, foi aprovada a incorporação da PGT S.A. pela ALL Armazéns Gerais Ltda.

4.3 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Cosan S.A.	282	282	377	382
Rumo Malha Norte S.A.	6.295	10.953	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	1.457	77.131	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	7	1.109	-	-
Rumo Malha Central S.A.	3.510	-	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	149	149	4.950	4.213
Raízen Energia S.A.	1.987	7.651	6.103	14.226
Brado Logística S.A.	87	1.179	-	-
Elevações Portuárias S.A.	2.474	5.046	-	-
Outros	514	3.651	240	579
	16.762	107.151	11.670	19.400
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	36.243	27.523
	-	-	36.243	27.523
Operações financeiras e societárias				
Outros	3.326	3.326	151	152
	3.326	3.326	151	152
	3.326	3.326	36.394	27.675
Total	20.088	110.477	48.064	47.075

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	5.164	5.311	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	1	10.592	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	34.175	74.953	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	857	1.658	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	1	1	115.387	126.318
Raízen Energia S.A.	5.698	5.552	15.336	18.948
Cosan S.A.	504	1.180	3.068	2.370
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	356	353	4.104	4.675
Logisport Armazéns Gerais S.A.	126	127	-	-
Elevações Portuárias S.A.	1	4	-	-
Outros	1.012	3.738	1.852	3.858
	47.895	103.469	139.747	156.169
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Boswells	25.192	24.218	-	-
Outros	4.733	4.732	-	-
	29.925	28.950	-	-
Total	77.820	132.419	139.747	156.169

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	185.333	208.518	275.597	283.485
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	181.565	158.471
Rumo Malha Norte S.A.	15.870	12.000	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	227.982	259.838	-	-
Elevações Portuárias S.A.	14.420	10.080	-	-
Outros	-	2.461	7.043	15.288
	443.605	492.897	464.205	457.244
Compras de produtos / insumos				
Raízen Combustíveis S.A. ^(iv)	(2.000)	-	(1.240.729)	(1.205.201)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	-	(1.943)	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ^(v)	(96.179)	(108.178)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(vi)	(25)	(7)	(36.375)	(39.531)
Outros	-	-	(445)	-
	(98.204)	(110.128)	(1.277.549)	(1.244.732)
Despesa compartilhada				
Cosan S.A. ^(vii)	(5.450)	(4.535)	(5.554)	(10.966)
Elevações Portuárias S.A.	1.018	668	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	764	571	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	4.383	4.871	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	97	(4.409)	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	4.297	15.022	-	-
Raízen Energia S.A.	(2.003)	(1.524)	(25.707)	(27.411)
	3.106	10.664	(31.261)	(38.377)
Resultado financeiro				
Elevações Portuárias S.A.	-	1.785	-	-
Rumo Luxembourg Sarl	-	(2.327)	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	(52.540)	(51.691)	-	-
Outros	(974)	(3.250)	(5)	15
	(53.514)	(55.483)	(5)	15

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de exclusividade, o que confere ao cliente serviço de transporte com preço atrelado ao SIFRECA e serviços de elevação com preço equivalente à menor tarifa praticada com terceiros. O prazo de pagamento é similar aos demais clientes da Companhia.
- (ii) Prestação de serviços de transporte de combustíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 para a Raízen Combustíveis e suas controladas (contratação original ocorreu antes de existir a relação de controle com as operações ferroviárias).
- (iii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item v).
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (v) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista (contratação original ocorreu antes de existir a relação de controle com as operações ferroviárias).
- (vi) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 junto à Cosan Lubrificantes, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (vii) Referem-se a rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo	25.028	31.049
Transações com pagamentos baseados em ações	4.579	3.665
	29.607	34.714

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.751.853	2.843.074
Instrumentos financeiros derivativos	1.624.023	892.461
	3.375.876	3.735.535
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.963.014	141.527
Contas a receber de clientes	399.249	438.062
Recebíveis de partes relacionadas	48.064	47.075
Caixa restrito	147.910	115.124
	2.558.237	741.788
Total	5.934.113	4.477.323
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.683.556	5.325.434
Passivos de arrendamento	4.529.140	553.350
Fornecedores	513.325	451.619
Outros passivos financeiros	410.952	337.705
Pagáveis a partes relacionadas	139.747	156.169
Dividendos a pagar	7.146	6.495
Parcelamento de débitos tributários	7.580	10.297
	10.291.446	6.841.069
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	482	-
Empréstimos e financiamentos	7.036.181	5.268.947
	7.036.663	5.268.947
Total	17.328.109	12.110.016

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	255	580	18.642	53.615
Aplicações financeiras	700.451	15	1.944.372	87.912
	700.706	595	1.963.014	141.527

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	700.451	15	1.944.372	86.738
Outras aplicações	-	-	-	1.174
	700.451	15	1.944.372	87.912

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	435.054	114.430	1.355.980	2.785.036
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	55.230	-	125.413	58.038
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	21.441	-	270.460	-
	511.725	114.430	1.751.853	2.843.074

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	86.681	31.254
Valores depositados em garantia	3.511	3.416	61.229	83.870
	3.511	3.416	147.910	115.124

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	22.420	26.837	355.733	382.925
Mercado externo	-	-	49.002	72.975
	22.420	26.837	404.735	455.900
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.887)	(2.013)	(5.486)	(17.838)
	(1.887)	(2.013)	(5.486)	(17.838)
Total	20.533	24.824	399.249	438.062
Circulante	15.111	15.725	385.563	417.339
Não circulante	5.422	9.099	13.686	20.723
Total	20.533	24.824	399.249	438.062

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	14.568	19.667	274.037	337.443
Vencidas				
Até 30 dias	337	5.188	78.936	59.397
De 31 a 60 dias	-	351	8.261	6.912
De 61 a 90 dias	5.780	40	22.956	11.648
Mais de 90 dias	1.735	1.591	20.545	40.500
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.887)	(2.013)	(5.486)	(17.838)
	20.533	24.824	399.249	438.062

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controlador	Consolidad
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(1.900)	(30.784)
Provisões	(1.093)	(20.004)
Reversões e baixas	980	32.950
Saldo em 31 de dezembro de	(2.013)	(17.838)
Provisões	(210)	(8.081)
Reversões e baixas	336	20.433
Saldo em 31 de dezembro de	(1.887)	(5.486)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Empréstimos e financiamentos								
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,37%	368.904	485.352	834.035	1.055.281	jan/2025	Aquisição
	URTJLP	7,87%	-	-	4.952	-	mar/2022	Aquisição
	Selic	6,80%	-	-	1.118	-	set/2020	Aquisição
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,50%	-	-	1.426	2.261	jan/2024	Aquisição
	URTJLP	7,86%	55.565	111.270	2.213.704	2.584.347	dez/2029	Aquisição
	IPCA	12,07%	-	-	1.528	2.211	nov/2021	Aquisição
	Selic	6,80%	-	-	-	3.930	dez/2019	Aquisição
	125% do							
NCE	CDI	8,06%	-	-	-	646.024	dez/2019	Aquisição
	CDI +							Capital de giro
	0,80%	5,24%	-	-	512.078	514.817	dez/2023	
Sênior Notes 2024	Pré-fixado (US\$) (ii)	7,38%	-	-	3.318.895	3.061.566	fev/2024	Aquisição
Sênior Notes 2025	Pré-fixado (US\$) (iii)	5,88%	-	-	2.182.089	1.997.394	jan/2025	Aquisição
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$)	5,33%	-	-	-	15.499	jun/2019	Capital de giro
	Euribor + 0,58%							
ECA	(EUR) (iv)	0,58%	-	-	79.528	-	set/2026	Aquisição
	Dólar							Capital de giro
Loan 4131	(US\$) (v)	2,65%	217.537	209.987	217.537	209.987	nov/2022	
			642.006	806.609	9.366.890	10.093.317		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% (vi)	8,91%	-	-	570.098	-	fev/2026	Aquisição
	IPCA + 4,50% (vii)	8,72%	668.034	-	668.034	-	fev/2029	Aquisição
	IPCA + 3,90%	8,10%	895.249	-	895.249	-	out/2029	Aquisição
	IPCA + 4,00%	8,20%	219.466	-	219.466	-	out/2029	Aquisição
	128 % do CDI	8,26%	-	-	-	501.064	mar/2019	Capital de giro
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	8,28%	767.296	714.755	-	-	jan/2020	Capital de giro
			2.550.045	714.755	2.352.847	501.064		
Total			3.192.051	1.521.364	11.719.737	10.594.381		
Circulante			969.054	172.838	1.064.846	924.904		
Não circulante			2.222.997	1.348.526	10.654.891	9.669.477		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Essa dívida tem contratos de *swap* para 144% do CDI que representa uma taxa média de 8,62% a.a.
- (iii) Dívida com *swap* para 127% do CDI que representa uma taxa média de 7,84% a.a.
- (iv) Dívida com *swap* para 108,33% do CDI que representa uma taxa média de 6,51% a.a.

(v) Dívida com *swap* para 117,50% do CDI que representa uma taxa média de 6,39% a.a.

(vi) Dívida com *swap* para 107% do CDI que representa uma taxa média de 6,48% a.a.

(vii) Dívida com *swap* para 102,90% do CDI que representa uma taxa média de 6,86% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
13 a 24 meses	190.701	835.095	758.822	997.420
25 a 36 meses	179.241	194.665	718.195	943.729
37 a 48 meses	66.658	181.371	793.073	903.243
49 a 60 meses	51.191	73.173	3.676.142	903.754
61 a 72 meses	-	64.222	2.493.341	3.399.860
73 a 84 meses	-	-	225.554	2.233.235
85 a 96 meses	572.993	-	670.435	83.575
A partir de 97 meses	1.162.213	-	1.319.329	204.661
	2.222.997	1.348.526	10.654.891	9.669.477

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Reais (R\$)	5.921.690	5.309.935
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	5.718.519	5.284.446
Euro ⁽ⁱ⁾	79.528	-
Total	11.719.737	10.594.381

(i) Em 31 de dezembro de 2019, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.8).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.595.525	9.670.946
Captações	200.000	3.113.130
Atualização de juros, variação monetária e cambial	107.416	1.707.701
Amortização de principal	(333.218)	(3.172.817)
Pagamento de juros	(48.359)	(724.579)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.521.364	10.594.381
Captações	1.663.987	2.402.347
Atualização de juros, variação monetária e cambial	228.281	1.313.568
Amortização de principal	(174.150)	(1.945.040)
Pagamento de juros	(47.431)	(645.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.192.051	11.719.737

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,86% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.387.627 (R\$ 2.475.175 em 31 de dezembro de 2018).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 5,94% e TJLP de 5,57%.

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2019, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 1.946.194 (R\$ 2.108.824 em 31 de dezembro de 2018).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida/ EBITDA $\leq 3,6x$ em dezembro de 2019	1,76
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado $\geq 1,70x$ em dezembro de 2019	7,19
Patrimônio líquido/ Ativo total $\geq 0,25$ em dezembro 2019	0,26

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

	Consolidado		
	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	944.138	-	944.138
Apropriação de juros	144.763	-	144.763
Amortização de principal	(384.752)	-	(384.752)
Pagamento de juros	(150.799)	-	(150.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	553.350	-	553.350
Reconhecimento inicial	-	1.391.708	1.391.708
Saldo em 01 de janeiro de 2019	553.350	1.391.708	1.945.058
Apropriação de juros	81.982	428.132	510.114
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(117.428)	(117.428)
Adições	-	2.777.275	2.777.275
Amortização de principal	(132.100)	(284.319)	(416.419)
Pagamento de juros	(73.641)	(172.719)	(246.360)
Reajuste contratual	-	76.900	76.900
Saldo em 31 de dezembro de 2019	429.591	4.099.549	4.529.140
Circulante	97.242	437.003	534.245
Não circulante	332.349	3.662.546	3.994.895
	429.591	4.099.549	4.529.140

- (i) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões (Nota 5.16).

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	10.691
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	37.143
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	348
	48.182

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2019		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	3.777.281	3.977.195	5%
Direito de uso residual	3.622.281	3.716.764	3%
Despesa financeira	(251.750)	(272.107)	8%
Despesa de depreciação	(135.793)	(153.268)	13%

Os saldos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central (Nota 4.1), que possui taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2019 o passivo de arrendamento e o direito de uso residual desse contrato eram de R\$ 2.728.930 e R\$ 2.864.434, respectivamente.

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.191.

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais e serviços	44.090	40.161	495.837	439.031
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	370	1.367
Outros	11.019	4.569	17.118	11.221
Total	55.109	44.730	513.325	451.619

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *Hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 80% - 125% até 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Para proteger a exposição ao risco de câmbio a Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, e os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	5.534.936	4.346.145	1.623.541	892.461
	5.534.936	4.346.145	1.623.541	892.461
Não circulante			1.624.023	892.461
Ativos			1.624.023	892.461
Não circulante			(482)	-
Passivos			(482)	-
Total de instrumentos contratados			1.623.541	892.461

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge de valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Valor <i>nocional</i>	Valor contábil (R\$)		Rubrica no balanço patrimonial	Ajuste de valor justo	
		31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Sênior Notes 2024	(3.023.025)	(3.318.895)	(3.061.566)		(471.159)	(689.141)
Sênior Notes 2025	(2.015.350)	(2.182.089)	(1.997.394)		(295.208)	(447.674)
Dívida	(5.038.375)	(5.500.983)	(5.058.960)	Empréstimo, financiamentos e debêntures	(766.366)	(1.136.814)
<i>Swaps</i> de câmbio e juros	5.038.375	1.468.503	892.139		541.942	730.734
Derivativo	5.038.375	1.468.503	892.139	Instrumentos financeiros derivativos	541.942	730.734
Total	-	(4.032.480)	(4.166.821)		(224.424)	(406.080)

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	22.909	3.964	253.755	276.441
PIS	4.778	676	94.739	90.010
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	321	522.820	442.491
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	129.000	174.454
Outros	2.931	2.973	10.586	8.574
	30.618	7.934	1.010.900	991.970
Circulante	30.618	7.934	347.316	195.176
Não circulante	-	-	663.584	796.794
	30.618	7.934	1.010.900	991.970

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Peças e acessórios	943	966	236.347	253.815
Combustíveis e lubrificantes	-	-	6.894	5.161
Almoxarifado e outros	93	64	5.215	4.410
	1.036	1.030	248.456	263.386

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 5.492 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 8.100 em 31 de dezembro de 2018).

5.11 Investimentos em associadas e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do período de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

i. Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Elevações Portuárias	672.397.254	672.397.254	100,00%
Rumo Intermodal	91.064.313	91.064.313	100,00%
Rumo Malha Central	250.000.000	250.000.000	100,00%
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	1.186.268.176	99,74%
Boswells	3.265.000	3.265.000	100,00%
Brado Participações	12.962.963	8.065.556	62,22%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%
Logispot	2.040.816	1.040.816	51,00%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%
Rumo Malha Sul	6.677.710.494.90	6.677.710.494.907	100,00%
ALL Argentina	9.703.000	8.826.110	90,96%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%
Rumo Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%
Rumo Malha Oeste	478.460.074	478.460.074	100,00%

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Adoção inicial a norma CPC 06 R2 / IFRS 16 (Nota 2.4)	Outros	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Elevações Portuárias	707.886	79.632	-	(75.037)	(16)	(5.129)	-	-	-	707.336
Rumo Intermodal	37.095	2.249	-	-	661	-	-	-	-	40.005
Rumo Malha Central	-	(121.260)	450.000	-	-	-	-	-	-	328.740
Rumo Malha Norte	8.099.091	1.065.635	-	(817.367)	(63)	-	-	(29.880)	-	8.317.416
Boswells	24.585	-	-	-	989	-	-	-	-	25.574
Brado Participações	366.399	7.559	-	(2.236)	-	-	-	-	145	371.867
Paranaguá S.A.	13.681	167	12.809	-	(6.263)	-	-	-	-	20.394
Logisport	73.624	177	-	(634)	-	-	(24)	-	-	73.143
Rumo Luxembourg Sarl	64.118	(3.389)	(10.665)	-	-	-	-	-	-	50.064
Rumo Malha Sul	976.663	(66.731)	1.003.000	-	(322)	(182.383)	26	-	-	1.730.253
Total investimento em associadas	10.363.142	964.039	1.455.144	(895.274)	(5.014)	(187.512)	2	(29.880)	145	11.664.792
ALL Argentina	(17.019)	(11.917)	-	-	7.825	-	-	-	-	(21.111)
Rumo Malha Paulista	(260.465)	37.631	-	-	(54)	(75.839)	(543)	(19.192)	-	(318.462)
Rumo Malha Oeste	(1.097.466)	(142.059)	-	-	(41)	(212.040)	-	-	-	(1.451.606)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.374.950)	(116.345)	-	-	7.730	(287.879)	(543)	(19.192)	-	(1.791.179)
Total	8.988.192	847.694	1.455.144	(895.274)	2.716	(475.391)	(541)	(49.072)	145	9.873.613

	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Outros	Amortização do direito de concessão	Efeito de incorporação	Reclassificaç ão passivo a descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Elevações Portuárias	667.966	78.776	-	(38.800)	-	(56)	-	-	-	707.886
Rumo Intermodal	62.078	(3.814)	(23.000)	-	1.384	447	-	-	-	37.095
ALL Serviços	6.479	(321)	-	-	-	-	-	(6.158)	-	-
Rumo Malha Norte	7.835.147	749.114	-	(462.276)	(79)	6.827	(29.642)	-	-	8.099.091
Boswells	20.989	-	-	-	3.596	-	-	-	-	24.585
Brado Holding	357.903	1.706	-	-	-	-	-	(359.609)	-	-
Brado Participações	-	6.790	-	-	-	-	-	359.609	-	366.399
Paranaguá S.A.	15.540	(739)	7.314	-	(8.434)	-	-	-	-	13.681
Logisport	73.530	94	-	-	-	-	-	-	-	73.624
Rumo Luxembourg Sarl	-	(2.718)	-	-	-	-	-	-	66.836	64.118
Rumo Malha Sul	506.796	(228.727)	700.000	-	(1.196)	(210)	-	-	-	976.663
Total investimento em associadas	9.546.428	600.161	684.314	(501.076)	(4.729)	7.008	(29.642)	(6.158)	66.836	10.363.142
ALL Argentina	(28.697)	(4.500)	-	-	16.178	-	-	-	-	(17.019)
Rumo Luxembourg Sarl	(35.238)	(17.033)	119.107	-	-	-	-	-	(66.836)	-
Rumo Malha Paulista	(184.148)	(57.104)	-	-	(132)	(70)	(19.011)	-	-	(260.465)
Rumo Malha Oeste	(862.599)	(234.675)	-	-	(135)	(57)	-	-	-	(1.097.466)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.110.682)	(313.312)	119.107	-	15.911	(127)	(19.011)	-	(66.836)	(1.374.950)
Total	8.435.746	286.849	803.421	(501.076)	11.182	6.881	(48.653)	(6.158)	-	8.988.192

Informações financeiras de subsidiárias:

	Doze meses findos em 31/12/2019				Doze meses findos em 31/12/2018			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias	886.098	178.761	707.337	79.632	916.387	208.500	707.887	78.776
Rumo Intermodal	56.121	16.113	40.008	2.249	55.248	18.151	37.097	(3.814)
ALL Serviços	-	-	-	-	-	-	-	(321)
Rumo Malha Central	3.107.023	2.778.284	328.739	(121.260)	-	-	-	-
Rumo Malha Norte	12.778.704	8.999.093	3.779.611	1.084.633	12.647.608	9.133.033	3.514.575	752.020
Boswells	25.575	-	25.575	-	24.585	-	24.585	-
Brado Participações	783.554	219.675	563.879	9.426	754.480	196.667	557.813	15.129
Paranaguá S.A.	20.918	502	20.416	167	14.103	408	13.695	7.137
Logisport	119.694	49.776	69.918	347	125.440	54.668	70.772	185
ALL Argentina	6.777	29.984	(23.207)	(13.103)	6.688	25.398	(18.710)	(4.947)
Rumo Luxembourg Sarl	5.186.074	5.136.011	50.063	(3.389)	4.992.561	4.928.443	64.118	(2.718)
Rumo Malha Paulista	5.982.712	6.247.985	(265.273)	(34.726)	5.593.047	5.747.700	(154.653)	(134.671)
Rumo Malha Oeste	391.307	1.842.916	(1.451.609)	(131.086)	479.814	1.577.281	(1.097.467)	(241.900)
Rumo Malha Sul	4.189.668	2.446.771	1.742.897	(125.916)	4.075.505	3.026.987	1.048.518	(288.113)
Rhall Terminais Ltda.	16.629	2.804	13.825	3.641	12.513	1.960	10.553	1.530

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Rhall Terminais Ltda.	3.166	1.009	(27)	-	4.148
Termag S.A.	5.192	5.720	-	(5.698)	5.214
TGG S.A.	19.601	5.262	(6.616)	-	18.247
Terminal XXXIX S.A.	16.042	9.885	(1.523)	-	24.404
Total investimento em associadas	44.001	21.876	(8.166)	(5.698)	52.013

	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Resultado de equivalência	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Rhall Terminais Ltda.	4.279	459	(1.572)	3.166
Termag S.A.	4.463	729	-	5.192
TGG S.A.	17.549	4.981	(2.929)	19.601
Terminal XXXIX S.A.	15.639	4.010	(3.607)	16.042
Total investimento em associadas	41.930	10.179	(8.108)	44.001

Informações financeiras de associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2019				Doze meses findos em 31/12/2018			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	16.629	2.804	13.825	3.641	12.513	1.960	10.553	1.530
Termag S.A.	275.215	249.166	26.049	25.552	227.721	201.759	25.962	3.673
TGG S.A.	217.311	34.849	182.462	46.611	247.795	51.791	196.004	50.212
Terminal XXXIX	61.560	12.745	48.815	17.710	45.240	13.155	32.085	8.081

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	3.144.187	0,26%
Brado Participações	12.962.963	4.897.407	37,78%
Logispot	2.040.816	1.000.000	49,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Dividendos	Plano de opções de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Rumo Malha Norte	8.734	3.336	(2.270)	-	103	9.903
Brado Participações	223.032	4.126	(1.357)	88	-	225.889
Logispot	34.657	172	(610)	-	-	34.219
Total investimento em associadas	266.423	7.634	(4.237)	88	103	270.011

	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Rumo Malha Norte	14.949	3.361	(2.232)	(7.344)	8.734
Brado Participações	218.383	5.159	(510)	-	223.032
Logispot	34.589	90	(22)	-	34.657
Total investimento em associadas	267.921	8.610	(2.764)	(7.344)	266.423

Balço patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte		Brado Participações		Logispot	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos						
Circulante	3.460.028	2.810.571	169.796	261.217	6.975	5.634
Não circulante	9.318.676	9.837.037	613.758	493.263	112.719	119.806
Total ativo	12.778.704	12.647.608	783.554	754.480	119.694	125.440
Passivos						
Circulante	(959.471)	(1.028.362)	(104.184)	(97.606)	(11.522)	(10.982)
Não circulante	(8.039.622)	(8.104.671)	(115.491)	(99.061)	(38.254)	(43.686)
Total passivo	(8.999.093)	(9.133.033)	(219.675)	(196.667)	(49.776)	(54.668)
Patrimônio líquido	(3.779.611)	(3.514.575)	(563.879)	(557.813)	(69.918)	(70.772)

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte		Brado Participações		Logispot	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	4.135.513	3.846.093	294.710	260.795	18.029	17.426
Resultado antes dos impostos	1.271.783	1.036.112	14.906	24.012	389	101
Imposto de renda e contribuição social	(187.150)	(284.092)	(5.480)	(8.883)	(42)	84
Resultado do exercício	1.084.633	752.020	9.426	15.129	347	185
Outros resultados abrangentes	(64)	(82)	-	-	-	-
Resultados abrangente total	1.084.569	751.938	9.426	15.129	347	185
Dividendos pagos	(819.534)	(481.815)	(3.593)	(2.328)	-	-

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte		Brado Participações		Logispot	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	2.003.991	1.410.725	40.584	(15.284)	4.723	8.994
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento	1.068.235	(135.370)	35.270	67.117	(361)	(4.854)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(2.227.250)	(1.352.727)	(52.172)	(48.281)	(4.522)	(4.134)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	844.976	(77.372)	23.682	3.552	(160)	6
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	75.996	153.368	17.208	4.997	175	169
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	920.972	75.996	40.890	8.549	15	175

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para *ágio* e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida, exceto para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste, que apresenta resultados negativos e baixa geração de caixa (Nota 5.11).

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	888.339	698.069	8.303.149	7.014.864	927.846	776.107	18.608.374
Adições	-	-	42.031	-	1.974.146	1.489	2.017.666
Baixas	(2.317)	(20.518)	(189.143)	-	(1.538)	(37.438)	(250.954)
Transferências	148.780	147.952	560.265	991.023	(1.901.428)	28.225	(25.183)
Efeito de reorganização societária (ii)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.034.802	825.503	8.716.302	8.005.887	999.026	768.383	20.349.903
Transferências para direito de uso (iii)	(130.000)	(2.538)	(1.244.787)	-	-	-	(1.377.325)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	904.802	822.965	7.471.515	8.005.887	999.026	768.383	18.972.578
Adições	4	528	29.773	1.802	1.947.984	424	1.980.515
Baixas	(1.169)	(476)	(105.592)	-	(283)	(3.413)	(110.933)
Transferências	116.272	161.548	812.130	595.381	(1.467.891)	70.208	287.648
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.019.909	984.565	8.207.826	8.603.070	1.478.836	835.602	21.129.808
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(311.986)	(277.748)	(3.479.330)	(2.804.132)	-	(468.900)	(7.342.096)
Adições	(41.471)	(96.060)	(655.745)	(467.634)	-	(18.581)	(1.279.491)
Baixas	2.317	20.478	186.557	-	-	32.657	242.009
Transferências	443	317	4.933	33.343	-	(20.811)	18.225
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(33.808)	(22.896)	(10.842)	(4.186)	(71.732)
Efeito de reorganização societária (ii)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(350.697)	(353.013)	(3.977.393)	(3.261.319)	(10.842)	(479.821)	(8.433.085)
Transferências para direito de uso (iii)	50.450	2.532	462.748	-	-	-	515.730
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(300.247)	(350.481)	(3.514.645)	(3.261.319)	(10.842)	(479.821)	(7.917.355)
Adições	(58.991)	(106.962)	(632.170)	(611.576)	-	(16.378)	(1.426.077)
Baixas	131	466	104.872	6	-	3.309	108.784
Transferências	4.057	6.121	(107.941)	(2.234)	3.972	(28.967)	(124.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(355.050)	(450.856)	(4.149.884)	(3.875.123)	(6.870)	(521.857)	(9.359.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	684.105	472.490	4.738.909	4.744.568	988.184	288.562	11.916.818
Saldo em 31 de dezembro de 2019	664.859	533.709	4.057.942	4.727.947	1.471.966	313.745	11.770.168

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, vagões e locomotivas no montante de R\$ 745.203 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2018), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).
- (ii) Reorganização societária por meio da incorporação dos ativos líquidos da Brado Holding S.A. e da ALL Serviços Ltda. pela Companhia.
- (iii) Foram transferidos para direito de uso o montante de R\$ 861.595, onde R\$ 1.377.325 refere-se a custo e (R\$ 515.730) a depreciação acumulada devido à adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 2.506 (R\$ 3.973 em 31 de dezembro de 2018).

Análise de perda ao valor recuperável

A análise de indicadores de *impairment* realizada pela Companhia apontou a necessidade de testar para *impairment* os ativos da unidade geradora de caixa Rumo Malha Oeste. O valor recuperável para os ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso foi determinado através da metodologia do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas foram (i) EBITDA projetado para a unidade geradora de caixa, sem crescimento de volume transportado não contratado, no prazo remanescente da concessão, e (ii) a taxa de desconto (wacc) de 9% ao ano, antes dos impostos. O cálculo resultou em um valor recuperável de R\$ 109.000, frente a um valor de livros de R\$ 99.000, que inclui imobilizado e intangível.

5.12.2 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização %
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

	Consolidado				Controladora
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2018	100.451	8.000.700	343.177	178.069	8.622.397
Adições	-	-	-	2.617	2.617
Baixas	-	-	-	(9)	(9)
Transferências	-	-	-	8.368	8.368
Efeito de reorganização societária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.451	8.000.700	343.177	189.045	8.633.373
Adições	-	12.031	-	4.138	16.169
Transferências	-	-	171	13.484	13.655
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.451	8.012.731	343.348	206.667	8.663.197
Amortização e redução ao valor recuperável:					
Saldo em 01 de janeiro de 2018	-	(769.603)	(120.169)	(109.656)	(999.428)
Adições	-	(112.029)	(11.740)	(15.598)	(139.367)
Baixas	-	-	-	6	6
Transferências	-	-	-	14	14
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	(716)	(716)
Efeito de reorganização societária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(881.632)	(131.909)	(125.950)	(1.139.491)
Adições	-	(121.103)	(11.766)	(15.749)	(148.618)
Transferências	-	-	-	(55)	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.002.735)	(143.675)	(141.754)	(1.288.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.451	7.119.068	211.268	63.095	7.493.882
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.451	7.009.996	199.673	64.913	7.375.033

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 do Terminal T-16 em Santos e R\$37.529 da controlada indireta Logispot, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.
- (iii) Reorganização societária através da incorporação dos ativos líquidos da Brado Holding S.A. e da ALL Serviços Ltda.

Análise de perda ao valor recuperável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para intangíveis de vida útil definida registrados pela Companhia.

O saldo de ágio com vida útil indefinida registrado pela Companhia está associado à operação de elevação portuária e terminais, de forma que esta unidade geradora de caixa precisa ser testada anualmente.

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado pelo valor líquido de venda da unidade, utilizando a técnica de múltiplos de EBITDA, uma técnica considerada de nível 3 na hierarquia das estimativas de valor justo.

As principais premissas utilizadas foram (i) EBITDA gerado pela unidade geradora de caixa no exercício de 2019, e (ii) média dos múltiplos praticados por agentes de mercado para empresas (10,6x) do setor de atuação da Companhia. O cálculo resultou em um valor recuperável de R\$ 2.050.000, frente a um valor de livros de R\$ 734.425, que inclui imobilizado e intangível.

5.12.3 Direito de uso

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, ativos relacionados a arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, chamados de arrendamentos financeiros, foram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Como mencionado na Nota 4.1, a Companhia assinou o contrato de concessão da Malha Central, que garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura ocorrida em 31 de julho de 2019. Corrigido de acordo com os parâmetros contratuais, o valor do leilão foi registrado como direito de uso de infraestrutura ferroviária no montante de R\$ 2.904.778. O passivo de arrendamento no montante de R\$ 2.759.539 representa o valor presente das parcelas futuras, utilizando a taxa implícita do contrato. O leilão previa o pagamento à vista de 5% no valor de R\$ 145.239. Essa transação é a principal adição do exercício, como podemos verificar nos quadros de movimentação:

	Consolidado						Total
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	
Valor de custo:							
Reconhecimento inicial a normal CPC 06 (R2) / IFRS 16	31.485	8.555	41.884	66.931	13.085	792.615	954.555
Transferências do imobilizado e de outros ativos ⁽ⁱ⁾	130.000	2.538	1.244.787	-	-	50.167	1.427.492
Saldo em 01 de janeiro de 2019	161.485	11.093	1.286.671	66.931	13.085	842.782	2.382.047
Adições	7.073	3.045	1.004	-	732	2.904.778	2.916.632
Reajuste contratual	9.883	68	712	-	442	54.828	65.933
Transferências para imobilizado	-	(2.539)	(249.746)	-	-	1.565	(250.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	178.441	11.667	1.038.641	66.931	14.259	3.803.953	5.113.892
Amortização:							
Transferências do imobilizado ⁽ⁱ⁾	(50.450)	(2.532)	(462.748)	-	-	-	(515.730)
Redução ao valor recuperável líquido ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	(131.541)	(131.541)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(50.450)	(2.532)	(462.748)	-	-	(131.541)	(647.271)
Adições	(10.649)	(3.029)	(9.018)	(7.594)	(6.459)	(118.915)	(155.664)
Transferências	(7.233)	2.532	104.694	-	2	-	99.995
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(68.332)	(3.029)	(367.072)	(7.594)	(6.457)	(250.456)	(702.940)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	111.035	8.561	823.923	66.931	13.085	711.241	1.734.776
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.109	8.638	671.569	59.337	7.802	3.553.497	4.410.952

- (i) O montante se refere a transferências do imobilizado, conforme demonstrado na Nota 5.12 e R\$ 50.167 referente a adiantamentos efetuados no início da concessão que eram apresentados na rubrica de outros ativos.
- (ii) A subsidiária Malha Oeste registrou provisão para redução ao valor recuperável líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, limitando o saldo dos ativos de longo prazo ao valor realizável. Dessa forma, o saldo de direito de uso registrado nesta subsidiária foi objeto de provisão de redução ao valor recuperável líquido no registro inicial.

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	32	48	3.142	5.281
INSS	194	165	9.383	6.027
PIS	511	912	703	2.598
COFINS	2.475	4.212	3.427	12.325
Parcelamento de débitos tributários	902	902	10.942	10.297
ISS	-	-	6.753	4.666
IOF	45	15	309	1.318
Outros	162	226	6.647	7.960
	4.321	6.480	41.306	50.472
Circulante	4.321	6.480	33.726	46.717
Não circulante	-	-	7.580	3.755
	4.321	6.480	41.306	50.472

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
13 a 24 meses	2.136	1.160
25 a 36 meses	2.569	545
37 a 48 meses	1.848	227
49 a 60 meses	754	227
61 a 72 meses	62	196
73 a 84 meses	48	50
85 a 96 meses	48	50
A partir de 97 meses	115	1.300
	7.580	3.755

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	779.228	285.887	915.119	541.408
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(264.938)	(97.202)	(311.140)	(184.079)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial	288.216	97.529	7.438	3.461
Resultado de empresas no exterior	-	-	(5.801)	(8.924)
Lucro da exploração	-	-	178.609	48.541
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	637	7.774	(53.253)	(132.041)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc)	(3)	-	(792)	-
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.543)	1.271	1.853
Juros sobre capital próprio	(13.260)	(13.192)	-	-
Outros	5.226	104	54.420	2.748
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(991)	(21.530)	(129.248)	(268.441)
Taxa efetiva - %	-0,13%	-7,53%	-14,12%	-49,58%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	250.279	252.203	1.782.085	1.784.856
Base negativa de contribuição social	100.914	101.617	653.792	654.311
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	18.015	15.242	200.872	210.429
Provisão para perda ao valor recuperável	30.327	30.327	203.057	241.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	642	685	14.648	18.596
Provisão para não realização de impostos	-	-	41.295	36.983
Provisão para participação nos resultados	3.887	4.080	39.545	38.482
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	2.826	-	68.532	-
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	666.017	562.699
Ajuste valor justo sobre a dívida	22.773	-	174.596	57.298
Diferenças temporárias sobre outras provisões	-	7.505	80.405	103.614
Combinação de negócios - imobilizado	1.885	1.507	49.293	88.793
Outros	12.291	4.377	122.318	57.309
Tributos diferidos - Ativos	443.839	417.543	4.096.455	3.854.453
 (-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	 (345.429)	 (346.718)	 (2.183.537)	 (2.074.432)
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(24.838)	(24.268)
Passivos de arrendamento	(809)	(787)	(36.589)	(228.041)
Resultado não realizado com derivativos	(31.441)	-	(556.031)	(307.098)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(965)	(851)	-	-
Combinação de negócios - Intangível	(65.195)	(69.187)	(2.573.178)	(2.578.722)
Outros	-	-	(38.649)	(32.494)
Tributos diferidos - Passivos	(98.410)	(70.825)	(3.229.285)	(3.170.623)
Total de tributos diferidos	-	-	(1.316.367)	(1.390.602)
 Diferido ativo	 -	 -	 1.174.484	 1.046.195
Diferido passivo	-	-	(2.490.851)	(2.436.797)
Total	-	-	(1.316.367)	(1.390.602)

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019.

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2019:

	Diferido ativo
2020	26.715
2021	14.953
2022	26.092
2023	26.092
2024	26.092
2025 a 2027	35.630
2028 a 2030	91.606
2031 a 2033	265.123
2034 a 2036	478.660
2037 a 2039	183.521
Total	1.174.484

d) Movimentações no imposto diferido

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(1.185.516)
Resultado	(201.598)
Compensação de prejuízo fiscal sobre parcelamento – PERT	(3.984)
Passivo atuarial	189
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	307
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.390.602)
Resultado	31.539
Passivo atuarial	81
Adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	41.709
Outros	906
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.316.367)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	2.331.384	28.953	628.400	472.602	(1.831.832)	(101.326)	1.528.181
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	114.204	13.718	(17.193)	90.097	(122.368)	153.827	232.285
dos outros resultados abrangentes	(4.107)	189	-	-	-	431	(3.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.441.481	42.860	611.207	562.699	(1.954.200)	52.932	1.756.979
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	(966)	4.730	(69.947)	103.318	57.722	60.544	155.401
dos outros resultados abrangentes	-	81	-	-	-	-	81
diretamente ao patrimônio	-	-	-	-	-	905	905
Diferenças cambiais	-	-	-	-	(2.826)	68.532	65.706
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.440.515	47.671	541.260	666.017	(1.899.304)	182.913	1.979.072

ii. Impostos diferidos passivos

	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Ajuste a valor justo da dívida	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	(2.579.894)	144.279	(277.076)	23.855	(110.276)	85.414	(2.713.698)
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	1.172	(451.377)	49.035	33.443	(12.775)	(53.381)	(433.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.578.722)	(307.098)	(228.041)	57.298	(123.051)	32.033	(3.147.581)
Ajuste na adoção da IFRS 16 (nota 2.4)	-	-	41.710	-	-	-	41.710
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.578.722)	(307.098)	(186.331)	57.298	(123.051)	32.033	(3.105.871)
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	5.545	(248.933)	149.742	117.299	(166.993)	(46.228)	(189.568)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.573.177)	(556.031)	(36.589)	174.597	(290.044)	(14.195)	(3.295.439)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	2.453	1.782	79.006	76.770
Cíveis, regulatórias e ambientais	7.791	6.436	137.081	145.735
Trabalhistas	37.833	31.653	264.856	292.147
	48.077	39.871	480.943	514.652

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	6.485	7.022	37.999	35.152
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.172	1.646	178.033	163.579
Trabalhistas	14.149	12.441	199.214	170.759
	22.806	21.109	415.246	369.490

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

Controladora				
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.821	3.093	31.760	36.674
Provisionados no exercício	27	3.144	7.170	10.341
Baixas por reversão ou pagamento	(108)	(2.181)	(12.661)	(14.950)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	42	2.380	5.384	7.806
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.782	6.436	31.653	39.871
Provisionados no exercício	4.347	15.315	9.659	29.321
Baixas por reversão ou pagamento	(9.897)	(32.023)	(11.142)	(53.062)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	6.221	18.063	7.663	31.947
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.453	7.791	37.833	48.077

Consolidado				
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	68.896	148.738	284.400	502.034
Provisionados no exercício	14.692	19.814	58.744	93.250
Baixas por reversão ou pagamento	(4.176)	(44.382)	(84.230)	(132.788)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(2.642)	21.565	33.233	52.156
Saldo em 31 de dezembro de 2018	76.770	145.735	292.147	514.652
Provisionados no exercício	8.131	28.996	56.209	93.336
Baixas por reversão ou pagamento	(14.494)	(70.472)	(113.678)	(198.644)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	8.599	32.822	30.178	71.599
Saldo em 31 de dezembro de 2019	79.006	137.081	264.856	480.943

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Crédito de ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	50.921	33.806
PIS e COFINS	-	-	2.023	11
INSS	654	-	23.175	12.542
Outros	1.799	1.782	2.887	30.411
	2.453	1.782	79.006	76.770

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

• Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	1.013.112	1.381.735	2.651.196	3.081.504
Cíveis, regulatórias e ambientais	278.115	225.271	3.402.591	2.893.634
Trabalhistas	113.049	126.451	875.178	845.346
	1.404.276	1.733.457	6.928.965	6.820.484

• Tributários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ganho de capital ⁽ⁱ⁾	83.734	529.788	83.734	529.788
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱⁱ⁾	467.718	449.039	483.577	449.039
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	262.384	252.368	474.832	504.862
ICMS ^(iv)	78	76	839.812	683.657
IRRF ^(v)	54.008	-	131.402	75.007
PIS/COFINS ^(vi)	4.600	3.750	155.411	64.507
Operações financeiras no exterior ^(vii)	-	-	28.701	290.220
MP 470 parcelamento de débitos ^(viii)	-	-	115.080	112.666
Plano de Opção de Compra de Ações ^(ix)	59.956	58.226	70.072	67.991
IOF s/ Mútuo ^(x)	53.765	52.585	53.765	52.585
Compensação com crédito prêmio ^(xi)	-	-	44.784	43.121
Outros	26.869	35.903	170.026	208.061
	1.013.112	1.381.735	2.651.196	3.081.504

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e c) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (ii) A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (iii) Autos de infração que exige IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçu. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçu Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Rumo Malha Paulista, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, bem como de 2014 e 2018, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.

Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea.

- (v) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (vi) A Receita Federal autuou a Rumo Malha Paulista pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a Rumo Malha Norte. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela concessionária responsável pelo transporte na origem.

As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

- (vii) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: Infração a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; Infração b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; Infração c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; Infração d) erro na contabilização e não-inclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; Infração e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; Infração f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e Infração g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24.07.2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (viii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (ix) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (x) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.

(xi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	247.614	222.911	2.080.218	1.785.541
Regulatórias	29.525	904	802.906	647.182
Ambientais	976	1.456	519.467	460.911
	278.115	225.271	3.402.591	2.893.634

Em 25 de julho de 2018 a Companhia teve ciência da instauração de inquérito administrativo perante o CADE para apuração de representação formulada pela Agrovía. A Companhia refuta os argumentos apresentados pela mesma e ressalta que grande parte dos fatos já foram analisados e rejeitados pelo próprio órgão em outro processo administrativo. A Companhia avalia como possível o risco de que um processo administrativo seja criado e ou venha a incorrer em perda neste processo. Devido ao estágio inicial do tema, não é possível estimar o valor em risco.

- **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reclamações trabalhistas	113.049	126.451	875.178	845.346
	113.049	126.451	875.178	845.346

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia"), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA ("ALL"), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, em como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

5.16 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível (vide Nota 5.12.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2019			31/12/2018
	Arrendamentos	Concessões	Total	Total
Valores a pagar:				
Rumo Malha Sul	-	36.621	36.621	60.761
Rumo Malha Paulista	-	20.003	20.003	45.892
	-	56.624	56.624	106.653
Valores em discussão judicial:				
Rumo Malha Paulista	1.870.018	-	1.870.018	1.695.770
Rumo Malha Oeste	1.440.656	87.582	1.528.238	1.406.145
	3.310.674	87.582	3.398.256	3.101.915
Total	3.310.674	144.206	3.454.880	3.208.568
Circulante			9.847	28.797
Não circulante			3.445.033	3.179.771
			3.454.880	3.208.568

Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em abril de 2004, Rumo Malha Paulista ajuizou uma Ação Cautelar e, posteriormente, Ação Declaratória perante a 21ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos expressos no edital de licitação A Rumo Malha Paulista requereu a concessão de liminar para suspensão do pagamento das parcelas do contrato de arrendamento, vencidas e vincendas, bem como a compensação do saldo credor decorrente das verbas trabalhistas pagas pela Companhia com o valor cobrado pela União. Em abril de 2005, a liminar foi deferida, suspendendo-se a exigibilidade das parcelas por 90 dias, determinando-se a realização de perícia. Em julho de 2005, foi prorrogada a suspensão da exigibilidade por mais 90 dias. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2006, foi deferido pedido de suspensão da exigibilidade das parcelas, mediante depósito. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até outubro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. Em outubro de 2015 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico financeiro dos contratos, permitindo que a Companhia realize a compensação de parte dos valores reclamados em contra partida ao débito apresentado. Em grau de apelação, foi incluído o direito de compensação de despesas com pessoal interno e determinada a correção dos valores devidos pelo IPCA-E. Aguarda-se julgamento de recursos pelos Tribunais Superiores. Não obstante, a Companhia entende que todo valor discutido no processo é passível de compensação, em razão da previsão constante nas cláusulas 7 e 10 do Edital de Licitação.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável relativo ao valor da sentença e acórdão prolatados e como possível em relação às demais verbas, mas mantém o registro do débito por se tratar de obrigação contratual.

A Rumo Malha Oeste também pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Os depósitos judiciais referentes às ações acima mencionadas totalizam:

	31/12/2019	31/12/2018
Rumo Malha Paulista	119.806	119.806
Rumo Malha Oeste	21.703	19.790
	141.509	139.596

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 5.15.

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Malha Oeste, em janeiro de 2020 a Agência deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$9.654.897 e está representado por 1.559.015.898 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan Logística S.A.	443.843.194	28,47%
Julia Arduini	59.511.402	3,82%
Administradores	1.912.620	0,12%
Free float (em negociação na bolsa de valores)	1.053.748.682	67,59%
Total de ações em circulação	1.559.015.898	100,00%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$10.617 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$103 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia destinou o montante de R\$ 38.911 (R\$ 13.218 em 31 de dezembro de 2018).

d) Incentivos fiscais – SUDAM

Política contábil

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Rumo Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2019 sobre o lucro da exploração foi de R\$178.609 (R\$48.541 em 31 de dezembro de 2018), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada Rumo Malha Norte.

e) Outros resultado abrangentes

	31/12/2018	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2019
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	18.221	3.215	-	3.215	21.436
Perdas atuariais com plano de pensão	(2.694)	(580)	81	(499)	(3.193)
Custo atribuído	3.380	(546)	-	(546)	2.834
Total	18.907	2.089	81	2.170	21.077

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta na venda de serviços	633.856	689.320	7.473.730	6.988.737
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(37.441)	(44.232)	(385.890)	(403.801)
Receita operacional líquida	596.415	645.088	7.087.840	6.584.936

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transporte de carga e acessórios	596.415	645.088	6.548.109	5.998.380
Elevação de carga	-	-	351.563	303.804
Direito de passagem	-	-	164.907	149.985
Outros	-	-	23.261	132.767
Receita operacional líquida	596.415	645.088	7.087.840	6.584.936

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Material de uso e consumo	(566)	(2.433)	(145.540)	(133.819)
Despesa com pessoal	(7.766)	(8.709)	(923.624)	(842.742)
Depreciação e amortização	(102.956)	(99.801)	(1.675.637)	(1.418.858)
Despesas com serviços de terceiros	(4.710)	(10.701)	(344.339)	(321.448)
Despesas com transporte e elevação	(368.153)	(377.730)	(1.696.366)	(1.547.669)
Arrendamento e concessão	-	-	-	(212.081)
Arrendamentos de curto prazo e pequeno valor	-	-	(48.182)	(14.157)
Outras despesas	(25.705)	(20.880)	(138.698)	(288.296)
	(509.856)	(520.254)	(4.972.386)	(4.779.070)
Custo dos serviços prestados	(484.314)	(485.171)	(4.608.781)	(4.465.634)
Despesas comerciais	107	(28)	(6.983)	(12.872)
Despesas gerais e administrativas	(25.649)	(35.055)	(356.622)	(300.564)
	(509.856)	(520.254)	(4.972.386)	(4.779.070)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Efeito líquido das demandas judiciais	(15.907)	(9.123)	(73.065)	(79.283)
Receita de aluguéis e arrendamentos	14.420	13.440	-	831
Resultado na venda de sucatas / eventuais	1.830	1.447	45.566	45.952
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	4.454	29.231
Depreciação de direito de uso ⁽ⁱ⁾	-	-	(40.545)	-
Créditos fiscais extemporâneos	13.244	-	40.447	-
Recuperação de sinistros	-	3.588	-	5.345
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.12.2)	-	-	-	(72.448)
Outros	(1.903)	(2.315)	(941)	5.070
	11.684	7.037	(24.084)	(65.302)

(i) Custo de depreciação da outorga da Malha Central.

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(216.470)	(100.303)	(1.076.799)	(903.200)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(8.394)	(6.933)	(202.789)	(653.262)
Resultado com derivativos e valor justo	81.723	322	676.422	752.869
Amortização do gasto de captação	(6.208)	(970)	(40.395)	(48.162)
Fianças e garantias sobre dívidas	(11.981)	(25.886)	(44.255)	(81.864)
	(161.330)	(133.770)	(687.816)	(933.619)
Rendimentos de aplicações financeiras	15.438	14.934	155.221	180.395
	15.438	14.934	155.221	180.395
Custo da dívida, líquida	(145.892)	(118.836)	(532.595)	(753.224)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	8.572	686	47.311	43.588
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(190.272)	(186.259)
Passivos de arrendamento	(56)	(97)	(363.753)	(105.085)
Despesas bancárias e outros	(1.099)	(1.948)	(52.104)	(59.961)
Certificado de recebíveis imobiliários	-	(183)	-	(5.091)
Juros sobre contingências e contratos	(21.458)	(3.656)	(84.386)	(86.236)
Variação cambial e derivativos	(2.054)	(8.730)	(3.104)	(14.802)
Juros sobre outras obrigações	(4.722)	(69)	(19.224)	(42.265)
	(20.817)	(13.997)	(665.532)	(456.111)
Resultado financeiro, líquido	(166.709)	(132.833)	(1.198.127)	(1.209.335)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(261.996)	(133.110)	(1.871.188)	(1.518.125)
Receitas financeiras	24.012	15.619	202.532	223.984
Variação cambial	(10.448)	(15.664)	(205.839)	(668.063)
Derivativos	81.723	322	676.368	752.869
Resultado financeiro, líquido	(166.709)	(132.833)	(1.198.127)	(1.209.335)

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações. O primeiro, o “Plano de *stock grant*”, concede ações da Companhia para administradores e funcionários. O segundo, o “Plano de *stock option*”, concede o direito de adquirir ações (opções) da Companhia a um preço determinado. Em ambos os casos, o direito de adquirir ou receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia o modelo de Remuneração Baseada em Ações (“*Stock Grant*”), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

O número de ações a serem distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior à outorga. As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas a título gratuito uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das ações entregues.

Os seguintes acordos de pagamento baseados em ações:

Planos <i>stock grants</i>	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2019	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2015	5	01/10/2015	11,33%	42,75%	1.485.900	(214.000)	1.271.900	6,10	6,10
Plano de 2016	5	02/01/2017	11,33%	42,75%	1.476.000	(185.700)	1.290.300	6,10	6,10
Plano de 2017	5	01/09/2017	9,93%	29,76%	870.900	(120.200)	750.700	10,42	10,42
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(75.821)	1.073.723	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(1.589)	841.563	22,17	22,17
					5.825.496	(597.310)	5.228.186		

b) Reconciliação de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	<i>Stock option</i>		<i>Stock grant</i>
	Rumo S.A		Rumo S.A
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de ações
Saldo em 01 de janeiro de 2018	223.825	52,00	3.587.750
Outorgadas	-	-	1.149.544
Canceladas	(25.600)	67,78	(37.072)
Exercidas / entregues	-	-	(161.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	198.225	54,83	4.538.373
Outorgadas	-	-	843.152
Exercidas / entregues	-	-	(25.932)
Perdidas / canceladas	(47.563)	61,04	(127.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	150.662	56,61	5.228.186

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos R\$10.472 como despesas relativas à apropriação dos Planos de “*Stock Grant*” (R\$7.352 em 31 de dezembro de 2018).

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício	778.237	264.357
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Brado Logística	1.466	-
Resultado diluído do período atribuído aos acionistas controladores	779.703	264.357
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.559.167	1.559.214
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Brado Logística	3.264	-
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	4.249	3.450
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.566.679	1.562.664
Resultado básico por ação ordinária	R\$0,49914	R\$0,16955
Resultado diluído por ação ordinária	R\$0,49768	R\$0,16917

Instrumentos diluidores

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Companhia determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio da Companhia. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível. As premissas de valor e forma de liquidação estão sujeitas à decisão do procedimento arbitral e em 31 de dezembro de 2019 a melhor estimativa é de 3.264 ações, com efeito dilutivo, que portanto considerados na análise do lucro por ação diluído.

A Companhia possui planos de remuneração baseados em ações, como detalhado na nota 6.5, cujos instrumentos (opções ou ações restritas). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 possuem efeito dilutivo.